

UNIVERSIDADE — PESQUISA E CRIATIVIDADE*

*Alceu Ravanello Ferrari ***

RESUMO

O abandono da perspectiva histórica, isto é, a perda de interesse pelo movimento do Social, responde em grande parte pela acentuada esterilidade que afeta as ciências sociais. No plano macro-estrutural podem ser destacados três fatores principais que põem limites ao desenvolvimento científico e tecnológico dos países situados na periferia do sistema capitalista. O primeiro é de ordem geral e afeta todo o sistema capitalista mundial: ao capital interessa não a pesquisa em si, mas aquela que, direta ou indiretamente, possa contribuir para o processo de acumulação capitalista. O segundo é a divisão internacional do trabalho, que reserva aos países periféricos dependentes um papel absolutamente secundário na produção de ciência e tecnologia. E o terceiro fator consiste no fato de que, em cada país dependente, determinados grupos têm interesses convergentes com os do capital estrangeiro, ou seja, no fato de que esses grupos faturam sobre a própria desnacionalização e dependência da economia nacional.

Parece que uma maior criatividade no campo da ciência e da tecnologia só poderia surgir em conexão ou com um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo ou com um projeto de uma nova sociedade para além do capitalismo.

1

O objetivo deste painel é o de repensar o Brasil em termos de educação, ciência e cultura. Cabe a mim desenvolver o tema «universidade — pesquisa e criatividade».

Começarei discutindo a razão de ser da própria expressão «pesquisa e criatividade». Não é a pesquisa, por sua própria natureza, um processo criador —

* Trabalho apresentado no Painel "Educação, Ciência e Cultura", no Círculo de Debates "Repensando o Brasil", promovido pela SBPC/RS, SBF/RA' ADUFRGS e outras Associações Científicas e Profissionais, em Porto Alegre, na UFRGS, de 28 de agosto a 2 de setembro de 1981.

** Doutor em Ciências Sociais; Professor do Departamento de Estudos Básicos da Faculdade de Educação da UFRGS.

criador de novos conhecimentos ou de novas aplicações de conhecimentos já existentes? Se assim é, a expressão «pesquisa e criatividade» ou «pesquisa criativa» representaria um caso típico do que os gramáticos denominariam pleonasmos viciosos, porquanto o termo «criatividade» ou «criativo» já estaria contido no termo «pesquisa».

Mas há uma outra maneira de ver a questão. A atividade de pesquisa poderia não estar imune à esterilidade. Neste caso, caberia a redundância, como recurso para que conscientizemos que pesquisar é criar.

De qualquer forma, parece que algo não vai bem no campo da pesquisa. Em trabalho recente, Ricardo Ferreira (1978, p.1307) diz textualmente:

«Fazendo parte da geração seguinte à que criou o CNPq, gostaria de dar o meu testemunho das esperanças de então, em contraste com as realidades de hoje, passado um quarto de século. Apesar do grande investimento público em atividades de pesquisa, penso que expectativas não atingidas determinaram uma certa frustração, que se percebe hoje entre os cientistas brasileiros mais conscientes da inter-relação entre Ciência e Sociedade».

Não se trata aqui de uma esterilidade auto-imposta, mas de uma esterilidade resultante da ação de condicionamentos objetivos que inibem ou impedem a criatividade científica. O autor refere-se particularmente aos efeitos da «gradual obsolescência da indústria e tecnologia brasileiras pelas empresas multinacionais» sobre o desenvolvimento das ciências físicas no país (p.1307).

Neste caso, há pelo menos consciência das limitações impostas pelo contexto e há inclusive um começo de resposta: um sentimento de frustração e uma renovação da esperança de que o contexto seja modificado e a pesquisa volte a ser fecunda.

Há, no entanto, uma situação muito mais dramática do que a acima descrita, à qual, na minha opinião, estão mais expostos os cientistas sociais. É aquela em que a própria esterilidade científica se erige em ciência. Perde-se a dimensão histórica e, com ela, o interesse pelo movimento do social. O status quo, as estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais, tanto no plano internacional como no plano interno de cada país, passam a ser encaradas como um ponto de chegada definitivo e, por isso, como naturais, eternas, imutáveis. Já não interessa conhecer-lhes o movimento, a sua formação e transformação. O que deveria ser objeto central da pesquisa nas ciências sociais passa a ser pressuposto. A pesquisa volta-se para a compreensão do funcionamento do sistema, de suas funções e disfunções, e para a descoberta de estratégias e meios de preservar, fortificar ou no máximo desenvolver e aperfeiçoar o funcionamento do sistema estabelecido. É a ciência a serviço do status quo. Seu produto são teorias legitimadoras da ordem estabelecida.

Quando se chega a essa situação, o que está em questão não é só a nossa consciência e o nosso produto, mas nós mesmos como pesquisadores, individual e coletivamente. É possível que, em alguma medida, se apliquem também a nós, hoje e aqui, nas mais diversas áreas de conhecimento, as severas críticas de Karl Marx à ciência econômica de seu tempo. E note-se que Marx, embora divergindo, tratou sempre com respeito os economistas clássicos, como Smith e Ricardo, e

reconheceu expressamente o caráter científico de suas contribuições, mas foi implacável com os que denominou economistas vulgares.

«E, para esclarecer de uma vez por todas, direi que, no meu entender economia política clássica é toda a economia que, desde W. Petty, investiga os nexos causais das condições burguesas de produção, ao contrário da economia vulgar que trata apenas das relações aparentes, rumina, continuamente, o material fornecido, há muito tempo, pela economia científica, a fim de oferecer uma explicação plausível para os fenômenos mais salientes, que sirva ao uso diário da burguesia, limitando-se, de resto, a sistematizar pedantemente e a proclamar como verdades eternas, as idéias banais, presunçosas dos capitalistas sobre seu próprio mundo, para eles o melhor dos mundos» (Marx, s.d., v. 6, p. 90, nota 32)

Para Marx, essa economia vulgar limita-se, e é vulgar precisamente por limitar-se, «a interpretar, a sistematizar e a pregar doutrinariamente as idéias dos agentes do capital», da nova classe dominante. Ela se harmoniza com as relações econômicas em sua aparência e não com as relações reais. E por que assim? Porque, dissimulado o nexo causal, essas relações parecem naturais (p. 339). Relações históricas da produção capitalista foram transformadas em «categorias fixas, imatáveis, eternas». Por oposição aos economistas clássicos, os economistas vulgares limitavam-se a explicar como se profuz num sistema de relações capitalistas, mas não explicam como se produzem essas relações, isto é, o movimento histórico que as fez nascer (Marx, 1978, p. 116-7).

Em suma, perdida a dimensão histórica, a economia política deixou de ser ciência do real para ser ciência das aparências, uma falsa ciência, uma ideologia legitimadora do status quo e dissimuladora da realidade.

Parece-me que esse problema é bem atual, não só na economia, como também em todas as ciências sociais. Referirei uns poucos exemplos de teorias e conceitos produzidos pelo mundo desenvolvido e que nós importamos sem senso crítico.

Nas últimas três décadas produziu-se uma imensa literatura sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, particularmente nos Estados Unidos e Europa Ocidental. Em que essa literatura ajudou a resolver o problema das desigualdades entre nações e das desigualdades internas em nosso país? Reconhece-se hoje que as duas décadas da ONU consagradas ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos foram um fracasso. Por quê? Precisamente porque as teorias em que se fundavam, ou em que buscavam legitimidade, escondiam e dissimulavam a questão fundamental — a das relações econômicas e políticas entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. Coisa semelhante pode-se dizer, agora com referência ao plano interno, da teoria da mobilidade social e do conceito de igualdade de oportunidades que continuam impregnando grande parte da literatura no campo das ciências sociais. Que se pode esperar dessa teoria e desse conceito, senão a legitimação e preservação do sistema de desigualdades sociais estabelecido? Com efeito, tanto uma como o outro têm o sistema vigente de relações econômicas, sociais, políticas e culturais como pressuposto inquestionável. Apesar de toda crença depositada, por décadas a fio, nessa teoria e nesse conceito, assistimos a um agravamento das desigualdades sociais no plano interno.

Mas por que as ciências sociais estão mais sujeitas a essa esterilidade subserviente?

«A pesquisa científica livre, no domínio da economia política, não enfrenta apenas adversários da natureza daqueles que se encontram também em outros domínios. A natureza particular da matéria que versa levanta contra ela as mais violentas, as mais mesquinhas e mais odiosas paixões, as fúrias do interesse privado. A Igreja Anglicana, por exemplo, prefere absorver uma investida contra 38 de seus 39 artigos de fé a perdoar um ataque contra 1/39 de suas rendas. Hoje em dia, o próprio ateísmo não passa de um pecadilho, em confronto com a blasfêmia de criticar as relações consagradas de propriedade» (Marx, s.d., v.1, p.6-7).

Concluirei esta parte com a advertência de Lucien Goldmann (1980).

«O pensamento burguês em declínio é incompatível com teorias sociológicas que penetrem ainda que pouco na realidade humana» (p.65).

«Em ciências sociais, ao contrário (do que ocorre nas ciências físicas-químicas), o fato de que importantes grupos sociais têm interesse em manter a ordem existente e em impedir toda transformação social age sobre a própria natureza do pensamento histórico e sociológico» (p. 70).

Passarei agora a um exame mais sistemático do contexto em que se desenvolve a atividade de pesquisa no Brasil.

2

Se quisermos encontrar alternativas para maior criatividade em nossa pesquisa, não basta fazer um levantamento dos obstáculos ou limitações mais imediatas ao desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil. É necessário situar a questão dentro de um contexto mais amplo e determinar as situações de ordem estrutural que fazem com que subsistam hoje e aqui determinadas limitações que inibem ou impedem o desenvolvimento científico e tecnológico. Esse contexto é a própria sociedade brasileira em sua estrutura de relações internas e internacionais. Esse contexto representa uma situação condicionante, embora não definitivamente condicionante. Como tal, ele encerra limites e possibilidades (Santos, 1976, p. 125-6). E é a compreensão dos fatores que produziram historicamente e mantém esse contexto e de como na prática ele é limitante que nos permitirá descobrir alternativas de ação, de mudança.

E qual é, no caso do Brasil, esse contexto limitante? Essa questão leva a interrogarmo-nos sobre a *própria sociedade brasileira*. Suas estruturas são de capitalista. Sua inserção no capitalismo mundial se dá sob a forma da dependência. Portanto, uma sociedade *capitalista dependente*. Sob o aspecto do desenvolvimento, temos uma sociedade em processo de desenvolvimento capitalista dependente.

Mas que é *capitalismo*? No plano econômico ele é essencialmente divisão e oposição entre capital e trabalho. No plano social, ele é essencialmente divisão-oposição entre as duas classes fundamentais e antagônicas: a classe capitalista e a classe operária. No plano político, é o estado buguês, classista, a serviço da acumulação capitalista.

As sociedades capitalistas não estão organizadas ao estilo de sociedades beneficentes. O objetivo do *capital*, onde quer que ele surja e entre em ação, não é resolver o problema da miséria nem o problema do subdesenvolvimento. É de sua natureza trabalhar para o seu próprio crescimento, para a acumulação de si mesmo. Daí ser perfeitamente compreensível que as mesmas causas que produzem a riqueza de uma classe, mantenham, reproduzam e até agravem a miséria da outra, e que as mesmas causas que produzem o desenvolvimento em determinados países ou regiões, produzam também o subdesenvolvimento em outros países a regiões.

Cheguemos mais perto da questão da ciência e tecnologia. Seria um erro afirmar que o capitalismo não tem interesse pelo desenvolvimento científico e tecnológico. Por quê? Precisamente porque o aumento da produtividade do trabalho constitui a principal alavanca da acumulação capitalista. E o progresso da ciência e da tecnologia constitui um dos fatores mais determinantes, senão o mais determinante, do aumento da produtividade do trabalho. Aqui já aparece uma limitação. Ao capital interessa não a ciência em si, não a pesquisa em si, mas a pesquisa capaz de criar novos conhecimentos, teóricos ou aplicados, que possam ser úteis ao capital, seja para *futuros ganhos de produtividade* e conseqüentemente de acumulação, seja para a *legitimação* do sistema (falsa ciência), seja para a *defesa* do sistema. Em síntese, que possam contribuir para a sobrevivência do sistema e o crescimento do capital. Trata-se de uma limitação imposta pelo capitalismo em si, independentemente de suas variações no tempo e no espaço. Ele é particularmente sensível a que se o trate como fato histórico, a que se ponha em relevo a sua transitoriedade. Ele se considera a realização suprema e definitiva da humanidade. Evita a questão das classes sociais ou então a esconde e dissimula com a teoria da estratificação social. Prefere que se fale em extratos sociais ou níveis sócio-econômicos, porquanto o conceito de classe social traz no seu bojo questões consideradas perigosas, tais como as da luta de classes, da transformação social, da historicidade e transitoriedade das estruturas sociais. A teoria da mobilidade social completa o serviço de mascaramento: as desigualdades sociais são vistas como naturais, e não como histórica e socialmente determinadas; a estrutura hierárquica da sociedade é tida não só como aberta, mas principalmente como justa, por entender-se que a sociedade premia e promove os que merecem (por aptidão natural ou por realização), e rebaixa os incompetentes.

Há um segundo tipo de limitação que nos diz respeito muito de perto. O sistema capitalista impõe e mantém um determinado tipo de *divisão internacional de trabalho*, o qual implica em uma determinada divisão internacional também do trabalho de produção científica e tecnológica. Afinal, o saber é fonte de produtividade e acumulação e de poder. Lembremos a divisão do trabalho entre nações industrializadas desenvolvidas e nações subdesenvolvidas, fornecedoras de matérias primas. No caso do Brasil, temos um país semi-industrializado, mas tecnologicamente dependente. Esta divisão internacional do trabalho em geral e do trabalho científico em particular representa uma forte limitação à criação científica e tecnológica e ao próprio desenvolvimento dos países dependentes. Há,

pois, um fator de ordem estrutural que favorece uns poucos países desenvolvidos e inibe e até impede a criatividade científica e tecnológica em todos os países capitalistas dependentes, inclusive no Brasil.

O terceiro fator é de ordem interna. Nenhum país é colonizado por muito tempo. A menos que seja colonizável, isto é, a menos que consinta em ser colonizado. É preciso, pois, que voltemos a atenção para o plano interno. Se a situação perdura desde os tempos coloniais até hoje, é preciso que nos perguntemos por que perdura.

A *desnacionalização* crescente da nossa economia é, sem dúvida, um fator interno limitante de nosso desenvolvimento científico e tecnológico. Se isto está acontecendo, é porque pelo menos alguns grupos se estão beneficiando dessa situação e outros grupos estão tolerando ou não estão sendo capazes de impedir que isto ocorra.

São esses, na minha opinião, os três componentes da situação limitante do desenvolvimento científico e tecnológico do país. Esses condicionamentos atuam em conjunto, configurando-se, assim, como uma situação limitante.

Evidentemente há inúmeros outros condicionamentos limitantes, nos mais diversos níveis do aparelho de ensino e pesquisa. Dentre eles, poderia lembrar as questões da própria qualificação dos pesquisadores; das condições de trabalho; da falta de recursos; da descontinuidade de metas, prioridades e projetos; da burocracia no controle da pesquisa; do controle político e da repressão nas universidades. Não me deterei em sua análise. Direi apenas que, na minha opinião, esses e outros possíveis fatores limitantes da produção científica só se tornam inteligíveis dentro do contexto maior, acima esboçado.

3

Disse inicialmente que, da análise das limitações impostas pelo contexto, deveriam surgir as possibilidades de ação, de mudança. Aparentemente, o contexto é um túnel sem saída. E efetivamente o será, enquanto permanecermos prisioneiros cada um em sua especialidade e alienados dos grandes problemas nacionais, que extrapolam as especialidades.

É preciso que, individual e coletivamente, em cada ciência e no conjunto delas, nos perguntemos sobre o *projeto de sociedade*. Se nunca pensamos nisto, é preciso que pensemos.

Colocar em questão o próprio projeto de sociedade que se quer construir tem implicações muito sérias para a pesquisa. Pode acarretar, pelo menos nas ciências sociais, mudanças profundas, tanto de ordem temática, como de ordem teórica e inclusive metodológica. Darei dois exemplos.

O *Terceiro Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto: 1980/1985* estabelece como prioridades de pesquisa e ação, entre outras, o meio rural e as periferias urbanas (Brasil. MEC. SG, 1980). Longe de mim duvidar da honestidade dos seus formuladores. Mas as duas prioridades, assim como estão postas, facilmente escondem duas questões fundamentais e intimamente relacionadas: a das relações entre meio rural e urbano e a das relações entre classes sociais urbanas. Temos aqui um exemplo de redefinição temática, com evidentes implicações de ordem teórica e metodológica.

Outro exemplo. O conceito de igualdade de oportunidades educacionais faz parte da ideologia oficial. Facilmente se cai em estudos das aparências. Mede-se a desigualdade e propõem-se medidas para atenuá-la, já que não se pode eliminá-la. A questão ganharia relevância se fosse inserida dentro de um contexto mais amplo. Como? Transformando-a numa questão distributiva, numa questão de relações de distribuição, as quais, por sua vez, estão intimamente ligadas às relações de produção que vigoram na sociedade. Como se trata de uma sociedade de classes, pode-se facilmente «imaginar» como se dará a distribuição de qualquer bem ou serviço valioso e escasso.

Voltemos à questão das possibilidades de saída do túnel. À parte a opção de permanecer no túnel, ou porque se o considere o melhor dos mundos, ou porque não se veja saída possível ou porque não se tenha coragem de tentar uma saída, parece-me que se configuram duas alternativas fundamentais de ação.

A primeira consistiria na busca de um *desenvolvimento capitalista autônomo*. Representaria uma tentativa de superar a forma dependente, sem, contudo, comprometer a essência da estrutura capitalista da sociedade. Essa alternativa colocaria em novos termos a questão do desenvolvimento científico e tecnológico, mas somente nos aspectos relacionados com a dependência, não naqueles que dizem respeito ao capitalismo em si. Ela poderia, com o tempo, levar o país a transpor a «linha» que separa os países dominados dos dominantes. Mas não resolveria nem minoraria por si mesma os problemas sociais internos, notadamente o da distribuição da riqueza, do poder e do saber. É da natureza do capitalismo acumular, e não distribuir. Somente uma classe operária muito consciente, organizada e combativa poderia forçar a burguesia a inscrever em seu programa medidas redistributivas.

Sem a pretensão de ser exaustivo no exame de uma questão tão complexa, desejo destacar algumas condições que, embora não suficientes, parecem absolutamente necessárias para a viabilização de um desenvolvimento capitalista autônomo. São as seguintes:

1) uma atitude mais agressiva da burguesia nacional na questão da dependência externa, ou seja, a determinação de assumir ela mesma a liderança e o controle do processo de desenvolvimento;

2) uma atitude mais aberta e flexível da burguesia nacional no plano interno, particularmente na questão distributiva, única forma de criar internamente o consenso e apoio indispensáveis para que possa fazer frente às ameaças externas, e inclusive internas, que a vontade de autonomia certamente suscitaria;

3) um alto grau de organização e mobilização das classes trabalhadoras, única forma de estas, ao mesmo tempo, imporem à burguesia suas reivindicações e prestarem apoio político contra a dominação externa.

A segunda alternativa seria a de se trabalhar por uma *nova sociedade* que representasse uma transformação radical não só das relações entre países dominantes e dominados, mas também das relações entre capital e trabalho, entre classes sociais, no plano interno. Isto significa um projeto de transformação da sociedade nas suas estruturas mais fundamentais, no plano interno e internacional.

Essa segunda alternativa consiste na busca de uma saída para além do capitalismo. Qual seria esse caminho? A pesquisa científica, enquanto atividade criativa, pode e deve ajudar a divisá-lo. Mas, somente a prática poderá abri-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria-Geral. *III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto: 1980/1985*. Brasília, 1980.
2. FERREIRA, Ricardo. Origens da atividade científica no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 30(11):1301-7, nov. 1978.
3. GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia. O que é Sociologia?* 8. ed. São Paulo, DIFEL, 1980.
4. MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s. d., v 1:e 6.
5. —. *Miséria da Filosofia*. Lisboa, Estampa, 1978.
6. SANTOS, Theotônio dos. A crise da teoria do desenvolvimento e as relações de dependência na América Latina. In: JAGUARIBE, H. et alii. *A dependência político-econômica da América Latina*. São Paulo, Loyola, 1976, p. 103-29.

(Recebido para publicação em 03.03.83)

ABSTRACT

The departure from the historical perspective, that is, the loss of interest in the movement of the Social, is greatly responsible for the marked sterility affecting science. Within the macro-structural plan, three main factors that set limits on the scientific and technological development of the countries in the periphery of the capitalistic world system could be emphasized. The first one is of a general nature and affects the whole capitalistic world system: what interests the capital is not research in itself but that which directly or indirectly can contribute to the process of capitalistic accumulation. The second is the international division of labor which attributes to the peripheral dependent countries an absolutely secondary role in the production of science and technology. The third factor consists in the fact that in each dependent country, certain groups have interests which are convergent with those of the foreign capital, that is, such groups take advantage of the denationalization and the dependence of the national economy.

It seems that more creativity in the field of science and technology could only emerge in connection either with a project of an autonomous capitalistic development or with a project of a new society beyond capitalism.

(Tradução da Profa. Thereza Penna Firme).